



**Comunidade acadêmica e recorte  
étnico-racial no campo da Música: reflexões iniciais sobre dados de  
pessoas autodeclaradas pretas na EMUFRN**

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SIMPÓSIO: Música e Pensamento Afrodiaspórico

*Vic de Souza*  
EMUFRN  
*jooxsouza@gmail.com*

*Andrielle Evelyn de Souza Teixeira*  
EMUFRN  
*evelynsouza0001@ufrn.edu.br*

*Ester Nunes Santos*  
EMUFRN  
*esternunes.santos27@gmail.com*

*Pamella Carneiro Silva*  
EMUFRN  
*pamellacs89@gmail.com*

*Yanaêh Vasconcelos Mota*  
UFC-Sobral – PPGMus/UFRGS<sup>1</sup>  
*yanaeh.mota@ufc.br*

*Mário André Wanderley Oliveira*  
PPGMus/UFRN  
*mario.andre@ufrn.br*

**Resumo.** Neste trabalho, apresentamos parte dos resultados de um estudo sobre diferenças e interseccionalidade na formação e atuação em música, o qual teve como campo empírico a Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN). Configurando-se como um *survey* interseccional, a pesquisa contemplou docentes e discentes da referida unidade acadêmica, os/as quais participaram do estudo por meio de questionário on-line autoadministrado no ano de 2020. Esta comunicação apresenta dados oriundos, especificamente, das pessoas autodeclaradas pretas da amostra. Os resultados parciais indicam que, embora esse grupo reconheça a importância de discussões relativas a diferenças, elas ainda não se apresentam, efetivamente, em sua formação, nem em sua atuação.

**Palavras-chave.** Diferenças; Interseccionalidade; Formação e Atuação em Música.

**Academic community and ethnic-racial focus in the field of Music: initial reflections on data from self-declared black people at EMUFRN**

---

<sup>1</sup> Bolsista CAPES.



**Abstract.** In this work, we present part of the results of a study on differences and intersectionality in the formation and performance in music carried out at the Universidade Federal do Rio Grande do Norte's School of Music (EMUFRN). The research is configured as an intersectional survey and included EMUFRN professors and students, who participated in the study through a self-administered online questionnaire in the year 2020. This communication describes data from, specifically, self-declared black people sample. The results indicate that, although the group of self-declared black people in the sample recognizes that issues related to differences are important, the themes still do not present themselves effectively in their training and performance in music.

**Keywords.** Differences; Intersectionality; Music teacher training and acting.

## Introdução

Em agosto de 2022, a Lei nº 12.711/2012 completou dez anos. Conhecida como a Lei de Cotas, a partir dela, 50% das vagas ofertadas pelas instituições de ensino superior federais (IES) foram reservadas para pessoas pretas, pardas, indígenas e de baixa renda. Desse total de vagas reservadas, metade é destinada à população com renda familiar de até um salário mínimo e meio *per capita*. Conforme o artigo terceiro dessa Lei, a distribuição das vagas de cota racial e para pessoas com deficiência é feita consoante a proporção de pessoas indígenas, negras, pardas e com deficiência da unidade federativa em que se localiza a IES<sup>2</sup> (BRASIL, 2012).

Uma década após a sanção da Lei, é possível perceber, por meio de dados do Censo da Educação Superior, que a presença de pessoas não brancas nas universidades federais foi ampliada. Contudo, considerando o percentual de pessoas não brancas na população brasileira em geral, fica evidente que elas ocupam, no âmbito das instituições de ensino federais, um percentual significativamente menor do que aquele verificado na população total do país (INEP, 2019). Cabe destacar que a Lei nº 12.711 de 2012 não foi a primeira lei de cotas no país, mas foi a primeira a garantir reserva de vagas para camadas menos privilegiadas da sociedade. A Lei Federal nº 5.465, de 3 de julho de 1968 – conhecida como "Lei do Boi" –, foi a primeira lei no Brasil a garantir cotas nas universidades públicas. Vigente até o ano 1985, ela reservava vagas nas escolas técnicas e superiores mantidas pela União nos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, para candidatos que comprovassem relação com a agropecuária. Tais vagas, conforme Mendonça (2015), eram ocupadas, efetivamente, por jovens já privilegiados – comumente, advindos de famílias de grandes proprietários rurais.

As ações afirmativas garantidas por políticas públicas, assim como a Lei de Cotas, têm por objetivo promover igualdade de acesso e oportunidades. Segundo Godoi e Santos (2021,

---

<sup>2</sup> Essa distribuição se baseia nos dados coletados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

p.14) estes são fundamentais para o processo de reparação histórica, social e econômica, necessário para um país como o Brasil que possui marcas profundas de quase quatrocentos anos de escravidão e consequências que reverberam até nossos dias.

A fim de refletir sobre a inserção e realidade de pessoas autodeclaradas pretas no campo da música, neste trabalho apresentamos parte dos resultados de um estudo sobre diferenças e interseccionalidade na formação e atuação em música. Trata-se de uma pesquisa conduzida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (GRUMUS), realizado na própria Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN). Configurando-se como um *survey* interseccional, a pesquisa contemplou docentes e discentes da referida unidade acadêmica, os/as quais participaram do estudo por meio de questionário on-line autoadministrado no ano de 2020.

A EMUFRN oferta formação em música em diferentes níveis e modalidades, por meio de cursos de extensão, cursos técnicos de nível médio, graduação (Licenciatura e Bacharelado) e pós-graduação (especialização e mestrado). E os corpos docente e discente dessa comunidade acadêmica é constituída por professores/as e estudantes oriundos/as de realidades socioculturais e econômicas diversas, apresentando, ademais, marcadores sociais e identidades distintas. Trata-se, pois, de um contexto privilegiado para um estudo com o referido objetivo, uma vez que possibilita a análise de diferenças e interseccionalidade em distintos níveis e modalidades educativo-musicais.

## **Sobre interseccionalidade**

A pesquisa da qual deriva este recorte tem como base teórica proposições sobre interseccionalidade. Adotada como ferramenta teórica, a interseccionalidade nos permite identificar e compreender corpos entrecruzados por múltiplas identidades, como cor/raça, sexualidade, gênero, classe, capacidade, entre outras. Para Kimberlé Crenshaw (2022, p. 177)

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Crenshaw (2022) explica que os eixos da interseccionalidade são diversos e particulares entre si. Assim, o racismo é diferente do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Mas, frequentemente, eles podem se interligar criando complexas

intersecções em que dois, três ou mais eixos se cruzam. Entendendo que a identidade é sempre interseccional, Conceição Nogueira (2017) reforça a inseparabilidade dos marcadores sociais nas experiências corpóreas de sujeitos, sendo algumas delas, pela ação da normatividade, inscritas nas zonas de violência e de precariedade. Isso significa que alguns marcadores são considerados norma, formando um dos processos “mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença” (SILVA, 2020, p. 83).

A transformação de determinados marcadores sociais em norma ocorre em dois movimentos. O primeiro movimento coloca todas as pessoas que se aproximam das identidades hegemônicas em posição de privilégio. O segundo movimento é o de apagar a diferença na produção das identidades “normais” (normalizadas), de modo que se tornem “naturais”, ignorando que “[a]s identidades estão sujeitas a uma historicização radical” (HALL, 2020, p. 108) e que “funcionam por meio da exclusão” (HALL, 2020, p. 129). Assim, temos a partir das diferenças a produção de desigualdades.

Nos levantamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em relação à cor ou raça, são apresentadas as seguintes categorias: preto, branco, pardo, amarelo, indígena. Segundo Petrucelli (2013a, n.p), cada pessoa tem liberdade para dizer a sua classificação, já que se trata da forma como a pessoa se reconhece e atribui para si uma categoria étnico-racial. Para ele, pessoas pretas normalmente são as pessoas que se enxergam com a cor mais escura. Todavia, em relação aos pardos, não há consenso, já que, a depender da região do país, essas pessoas podem se identificar como “morenas”, entre outras expressões (PETRUCCELLI, 2013b, on-line). Petrucelli reconhece que a classificação utilizada pelo IBGE pode ser aprimorada, mas argumenta que mudanças poderiam prejudicar estudos longitudinais – que consideram mudanças em séries históricas.

Petrucelli (2013b) afirma não ser prudente para pesquisas demográficas reunir pessoas autodeclaradas pardas e pretas em um só grupo – de negros, mas na convivência social, o agrupamento é válido. A discriminação contra as pessoas autodeclaradas pretas pode ser mais expressiva do que aquela que se verifica entre as pessoas que se autodeclararam pardas e tal diferença deve ganhar visibilidade nos levantamentos demográficos, argumenta. O pesquisador, ainda, argumenta que muitas pessoas autodeclaradas pardas são descendentes de indígenas. Dessa forma, aglutinar os dois grupos poderia invisibilizar parte da população indígena ou dela descendente. A partir de tais argumentos, em nosso estudo na EMUFRN, optamos por tratar exclusivamente de dados das pessoas autodeclaradas pretas da Unidade.

## Metodologia

Como descrito em trabalho anterior (MOTA *et al.*, 2021), a pesquisa conduzida pelo GRUMUS se caracterizou como um *survey* interseccional baseado na internet. Para a coleta de dados recorreremos à técnica bola de neve (COHEN; MANION; MORRISON, 2018) e a três estratégias de divulgação do questionário on-line autoadministrado<sup>3</sup>, tais como: o envio do questionário a estudantes da EMUFRN por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFRN), a disponibilização de cartazes com *QR Codes* no prédio da EMUFRN e a publicação do *link* do questionário nas redes sociais do grupo de pesquisa. Os dados foram coletados dos dias 30 de junho de 2020 ao dia 30 de agosto de 2020. Obtivemos um total de 114 respostas consideradas válidas para a análise. Neste texto, especificamente, apresentamos os dados obtidos junto às 18 pessoas que se autodeclararam pretas na amostra, o que perfaz 15,8% do total.

O questionário on-line autoadministrado foi estruturado em cinco blocos. No primeiro, foram apresentados os objetivos da pesquisa. O segundo e o quinto foram blocos destinados exclusivamente a docentes da instituição. E os blocos intermediários tiveram versões específicas para estudantes<sup>4</sup> (terceiro bloco) e para docentes (quarto bloco).

O segundo bloco continha perguntas relativas a aspectos pessoais, socioeconômicos e culturais diversos, tais como: identidade de gênero e orientação sexual, estado civil, classe social, configuração do grupo familiar, deficiência, cor/raça/etnia autodeclarada, além de religião.

No último bloco foram alocadas perguntas de escolha única, em grade, seguidas de três perguntas abertas que, em etapa posterior, foram categorizadas. Buscamos compreender a relação entre diferenças e suas interseccionalidades (gênero e diversidade sexual; configurações familiares; diversidade sociocultural; corpo e corporeidade; raça/cor/etnicidade; classes sociais; deficiências e religiões) na formação e atuação em música. Nesse bloco, utilizamos escalas de Likert, com cinco graus, para identificar o nível de conhecimento que as pessoas participantes julgavam ter sobre os nove temas; o nível de conhecimento julgavam ter sobre preconceitos e opressões vinculados a esses nove temas<sup>5</sup>; o nível de interesse que tinham sobre esses diferentes

---

<sup>3</sup> Para conhecer o instrumento utilizado, ver Silva (2022, p. 42-53).

<sup>4</sup> Pessoas com dupla função (discentes e docentes da EMUFRN) foram direcionadas para o terceiro bloco.

<sup>5</sup> As delimitações desses preconceitos/opressões são derivadas dos temas, sendo misoginia, bifobia, homofobia, transfobia e lesbofobia relacionados aos estudos de gênero e diversidade sexual; capacitismo e psicofobia são relacionadas aos estudos da deficiência; etarismo e gordofobia se relacionam aos estudos de corpo e corporeidade; racismo e xenofobia guardam relação com os estudos de raça/cor/etnicidade; intolerância religiosa se relaciona tanto com os estudos de raça/cor/etnicidade quanto com os estudos da religião.

temas; o quanto percebiam que esses temas haviam sido (ou estavam sendo) abordados em sua formação acadêmica; e, por fim, o nível de relevância que atribuíam a esses temas na formação superior em música. Para apresentação desses dados nesta comunicação, os níveis 1 e 2 das escalas de Likert foram aglutinados, assim como os níveis 4 e 5. Assim, “Nenhum” e “Pouco”, por exemplo, tornaram-se “Nenhum ou pouco”.

## Resultados

Conforme mencionado, das 114 pessoas que participaram do estudo, 18 se autodeclararam pretas, perfazendo 15,8% da amostra. Desse total de pessoas autodeclaradas pretas, 16 indicaram ser apenas discentes (88,9%); um, apenas docente (5,6%) e uma pessoa indicou ser, ao mesmo tempo, docente e discente (5,6%). Seis pessoas (um terço) do grupo de respondentes autodeclarados/as pretos/as indicaram a educação musical como foco de sua formação e atuação; cinco indicaram que o seu foco é o violino; duas indicaram o contrabaixo. Viola, violão, flauta e canto tiveram uma indicação. Apenas uma pessoa não especificou o seu foco de estudos na EMUFRN.

A maioria no grupo de pessoas autodeclaradas pretas da amostra é jovem. Um terço (seis) indicou ter entre 21 e 25 anos de idade e o menor recorte etário indicado foi de 16 a 20 anos, com duas indicações. No grupo, ninguém declarou ser pessoa com deficiência.

Quanto à identidade de gênero, o grupo, em sua quase totalidade, mostrou-se composto por pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer. 94,5% indicaram ser pessoas cisgêneras, sendo, em sua maioria, homens (55,6%). Apenas uma pessoa se identificou como não-binária (5,6%). Quanto à orientação sexual, 55,6% da amostra se declararam heterossexuais; 22,2%, bissexuais; 11,1%, homossexuais; e 5,6%, pansexuais. Uma pessoa preferiu não responder à questão sobre orientação sexual.

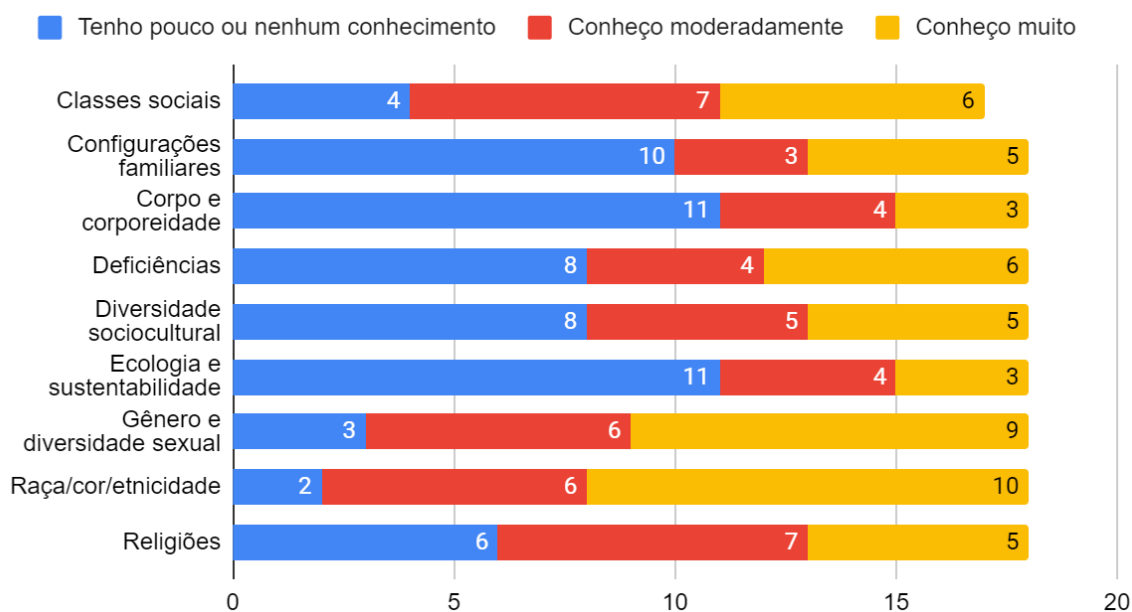
Ainda sobre dados gerais desse grupo de pessoas respondentes, quando perguntadas sobre a classe socioeconômica a que julgam pertencer, dez pessoas indicaram a classe E (rendimento mensal familiar entre 1 e 2 salários mínimos); cinco declararam pertencer à classe F (rendimento mensal familiar inferior a 1 salário mínimo), duas pessoas declararam pertencer à classe D (rendimento mensal familiar entre 2 e 4 salários mínimos) e apenas uma pessoa declarou pertencer à classe B (rendimento mensal familiar entre 10 e 20 salários mínimos). Ao cruzar as variáveis classe social e vínculo com a universidade, observamos que as pessoas pertencentes às classes E são discentes (9) e discente-docente (1), as pessoas pertencentes à

classe D e F são exclusivamente estudantes e a única pessoa que indicou pertencer à classe B é docente.

Em relação à religião, a maioria – um terço – afirmou ter uma vida espiritual independente de religiões (6). Na sequência, com quatro indicações, foram indicadas: igrejas evangélicas pentecostais ou neopentecostais e, com três indicações, igreja católica apostólica romana e agnosticismo. Foram indicadas uma única vez o espiritismo e o candomblé.

Quando perguntado sobre o nível de conhecimento que julgavam ter sobre cada um dos temas previamente estabelecidos, o grupo de pessoas autodeclaradas pretas indicou conhecer muito o tema raça/cor/etnicidade (10) e gênero e diversidade sexual (9). Sinalizado como “tenho pouco ou nenhum conhecimento”, a amostra indicou desconhecer (parcialmente ou totalmente) os temas corpo e corporeidade; ecologia e sustentabilidade, ambos com 11 respostas e o tema configurações familiares, com 10 indicações, conforme o gráfico abaixo.

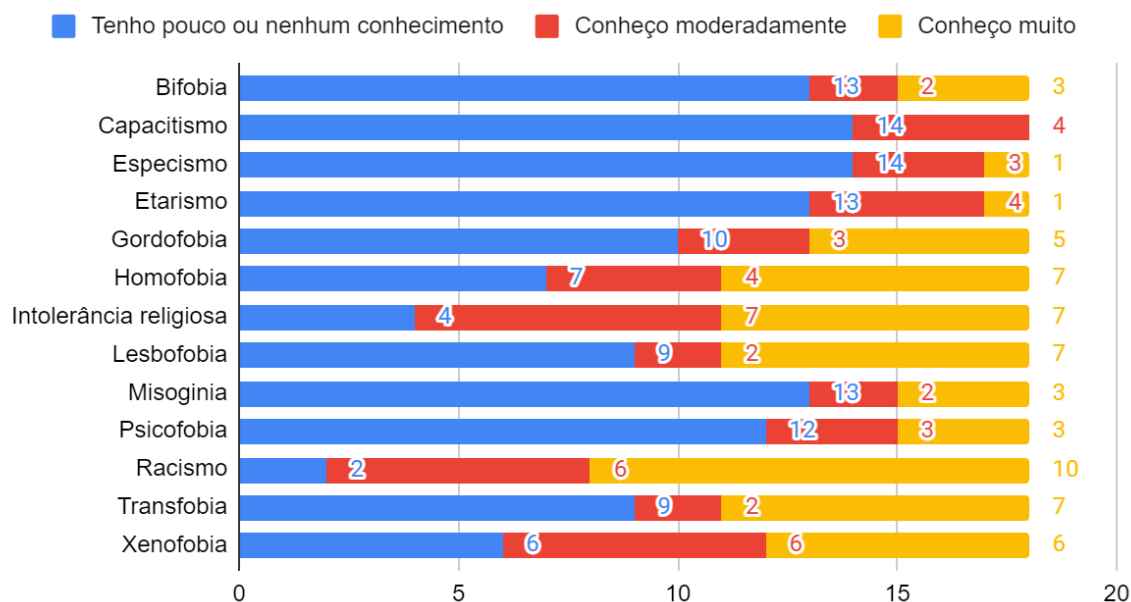
**Gráfico 1 - Nível percebido de conhecimento acerca dos temas**



Fonte: Elaboração própria.

Questionamos qual o nível de conhecimento que as pessoas participantes julgavam ter sobre 13 (treze) tipos de preconceitos e opressões: bifobia, capacitismo, etarismo, gordofobia, homofobia, intolerância religiosa, lesbofobia, misoginia, psicofobia, racismo, transfobia e xenofobia. Com um número de respostas acima da metade, a amostra sinalizou conhecer muito o racismo (10), mas, em geral, a amostra indicou ter pouco ou nenhum conhecimento sobre outras opressões listadas.

**Gráfico 2 - Nível percebido de conhecimento sobre opressões**



Fonte: Elaboração própria.

Em questão aberta e optativa, perguntamos se a pessoa respondente já havia se sentido discriminada/e/o de alguma forma no ambiente acadêmico. Se a resposta fosse positiva, ela poderia informar o porquê. Todas as 18 pessoas da amostra optaram por responder à questão. Dez respondentes indicaram que “não”, sendo que em uma delas indicou ter receio de ainda sofrer algum tipo de discriminação no futuro. Essa pessoa – a respondente nº 9 – afirmou que: “Não diretamente [se sentiu discriminada na EMUFRN], mas basta eu assistir qualquer orquestra profissional, principalmente as mais importantes do mundo, pra notar que não há quase nenhuma representatividade negra. Principalmente entre *spallas*, chefes de naipe e muito menos maestros e maestrinas” (RESPONDENTE NÚMERO 9).

As oito pessoas do grupo que indicaram já ter sofrido algum tipo de discriminação no ambiente acadêmico, apresentaram respostas diversas. Duas delas indicaram apenas que “sim”. As demais fizeram as seguintes afirmações:

Algumas vezes, infelizmente pela minha opção sexual e religião (RESPONDENTE NÚMERO 114).

Por razões econômicas e o tipo de vestimentas... (RESPONDENTE NÚMERO 32).

Sim, acho que não acredito que seja por discriminação, mas por situações que amigas passaram sobre abuso sexual ou moral e o caso sempre é abafado na



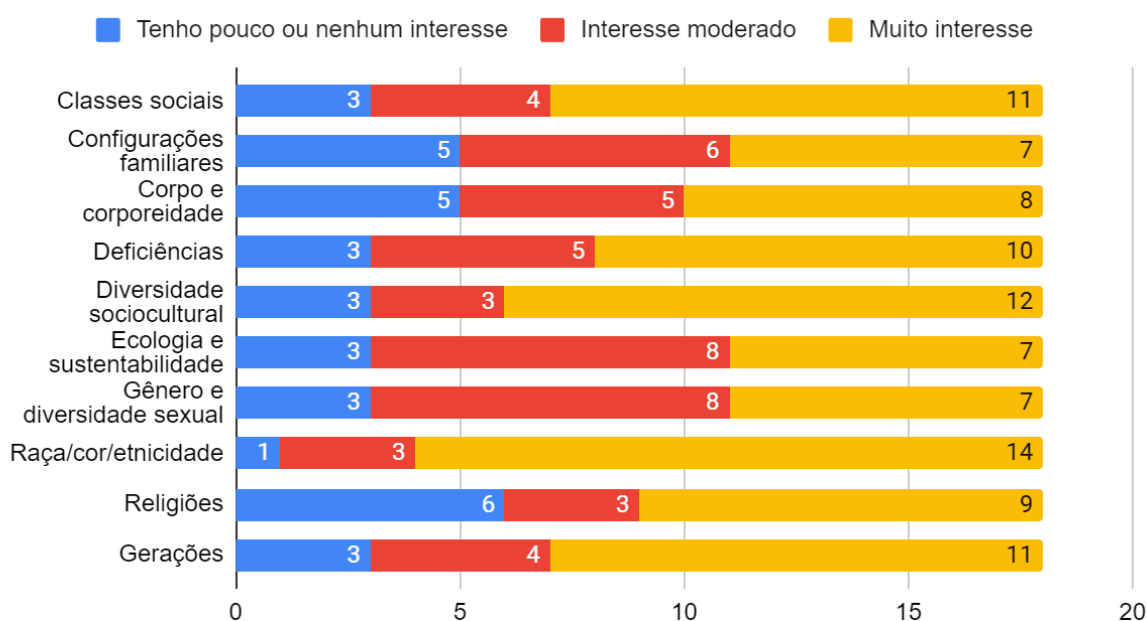
EMUFRN. Isso, a meu ver, é uma regressão (RESPONDENTE NÚMERO 13).

Sim, pela minha idade e condição financeira. Até hoje estou em conflito para a continuação do curso. Penso em desistir todo dia, mas sempre penso em meus objetivos e essa formação faz parte deles. Por isso, ainda continuo (RESPONDENTE NÚMERO 87).

Sim, por transfobia e racismo (RESPONDENTE NÚMERO 112).

Perguntamos, utilizando a Escala de Likert, qual o nível de interesse que os/as participantes tinham sobre os nove temas. A maioria indicou ter interesse moderado ou muito interesse nos temas elencados, com destaque para raça/cor/etnicidade (14), diversidade sociocultural (12), classes sociais (11), deficiências (10) e religiões (9).

**Gráfico 3 - Nível de interesse sobre os nove temas**

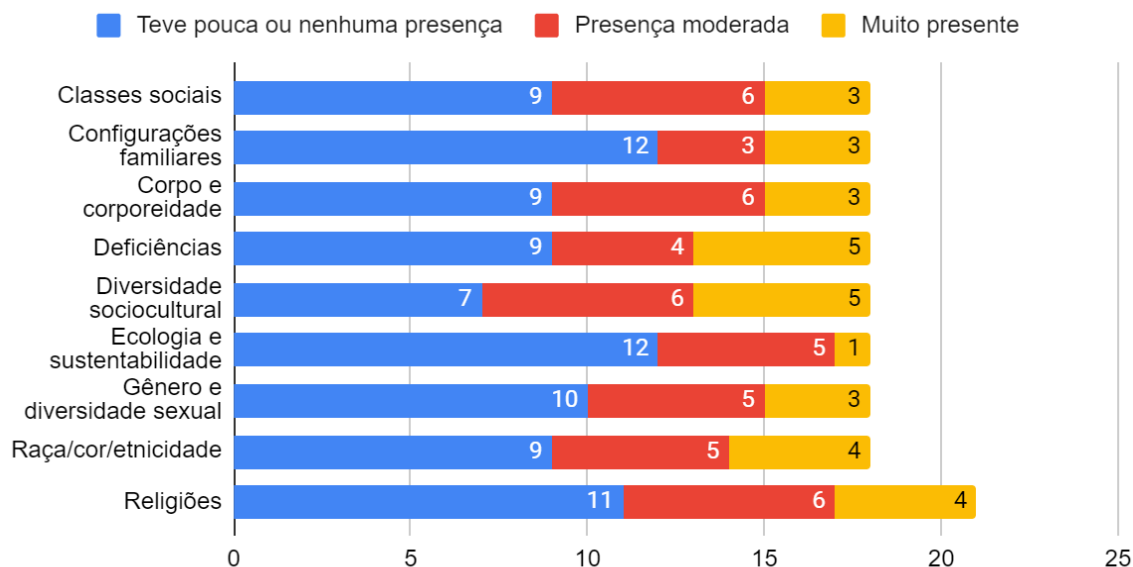


Fonte: Elaboração própria.

Perguntamos, ainda utilizando a Escala de Likert, o quanto esses temas estiveram – ou estão – presentes em sua formação acadêmica. Conforme a percepção das pessoas respondentes, todos os temas (com exceção dos temas diversidade sociocultural e deficiências, sinalizados com cinco indicações em “muito presente”), foram ou estavam pouco presentes em sua formação. Os temas menos presentes entre os elencados, foram: configurações familiares e ecologia e sustentabilidade, com 12 respostas para cada. Temas como classes sociais, corpo e

corporeidade, diversidade sociocultural e religiões foram indicados como temas de presença moderada na formação acadêmica.

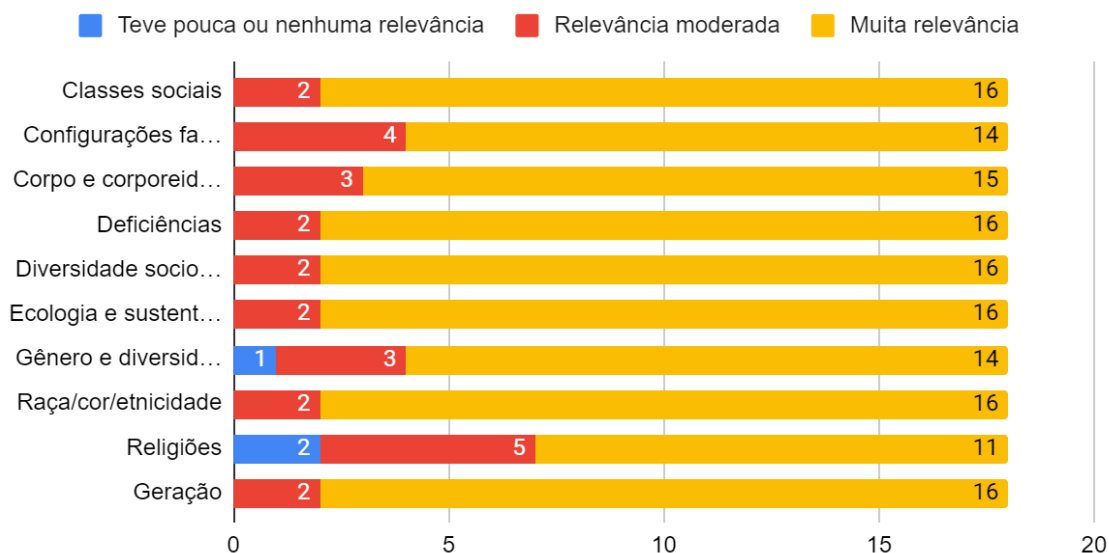
**Gráfico 4 - Nível percebido da presença dos temas na formação acadêmica**



Fonte: Elaboração própria.

Foi perguntado, também a partir da referida escala, o quanto as pessoas respondentes consideram relevantes esses temas em sua formação acadêmica – como músicos/as, professores/as e pesquisadores/as da área de Música. Todos os temas foram indicados como muito relevantes pela metade das respostas. Apenas os temas gênero e diversidade sexual (1) e religiões (2) foram indicados como temas de pouca ou nenhuma relevância na/para a formação acadêmica em música.

**Gráfico 5 - Nível de relevância atribuída aos temas na formação acadêmica**



Fonte: Elaboração própria.

Em uma questão aberta e optativa, perguntamos se as pessoas respondentes teriam algum comentário a fazer sobre esses temas na formação em música. Houve apenas três manifestações do grupo, sendo uma delas a resposta “não”. Reproduzimos integralmente as outras duas respostas abaixo:

O docente é o ser que deve estar munido para formar cidadãos. Dessa maneira, acredito que devemos estar com as melhores ferramentas; trabalhar com música, não é apenas utilizar a arte como elo formativo entre o conteúdo musical e o aprendente (O protagonista do próprio aprendizado), é também educar e formar através desta. Seguindo essas reflexões, penso que muitas vezes instituições de ensino e principalmente os cursos de formação de professores, tem se preocupado menos com questões relevantes como as levantadas por vocês (RESPONDENTE NÚMERO 50).

Principalmente na área da Educação Musical temos contatos enquanto professores, com alunos e familiares que seria de grande valia para nossa formação conhecer sobre os temas para uma postura ética e coerente (RESPONDENTE NÚMERO 61).

Dessa forma, é possível perceber que, embora o grupo de pessoas autodeclaradas pretas reconheça que são importantes questões referentes a diferenças na formação – e, conseqüentemente, atuação – em música, estas ainda não figuram, em sua maioria, como pontos fundamentais para esse campo, cabendo, pois, um esforço, no campo empírico deste estudo.

## Considerações

Esta comunicação trouxe dados oriundos do grupo de pessoas autodeclaradas pretas de um estudo, realizado na EMUFRN sobre diferenças e interseccionalidades na formação em música. Acreditamos que os resultados iniciais, aqui apresentados, podem ajudar a fomentar o debate sobre a ausência de discussões fundamentais na formação de músicos/as, professores/as e pesquisadores/as da área.

Cabe, assim, neste campo empírico e na área de música, um esforço reflexivo sobre o papel da formação musical no enfrentamento das distintas e inseparáveis formas de preconceito, discriminação e opressão. O processo em prol de modificação antirracista deve ser feito por meio de mudanças sistemáticas e combate de práticas discriminatórias em âmbito acadêmico. É essencial que o ensino na universidade possibilite o acesso ao conhecimento pluriépistêmico, reconhecendo no currículo universitário conhecimentos além do modelo vigente eurocentrado. É necessário, assim, fortalecer a inserção e presença das diversas epistemologias e saberes

indígenas e afro-brasileiras. Afinal, a exclusão e discriminação na educação, especificamente por indivíduos que não são membros dos grupos dominantes na sociedade, provoca em suas trajetórias maior vulnerabilidade e menor inserção em sociedade.

Conforme Albernaz e Carvalho (2022), no Encontro de Saberes: por uma universidade antirracista e pluriepistêmica,

Se é na academia que são formados os profissionais que irão ocupar os espaços de poder na sociedade, é fundamental que o ensino universitário possibilite uma formação pluriepistêmica aos jovens brancos e aos cotistas, visto que o racismo enquanto processo histórico e político constrói subjetividades e molda práticas sociais. (ALBERNAZ; CARVALHO, 2022, p. 335-336).

Questionar valores antigos é fundamental para que a discriminação possa ser combatida e para promoção do respeito a diversidade cultural e epistêmica. Cabe, por fim, destacar, em conformidade com Akotirene (2018), que a interseccionalidade pode nos ajudar a enxergar a articulação desta com opressões e combatê-las, reconhecendo interseções – que, por vezes, nos posicionam como oprimidas e, por outras, como opressoras.

Esperamos provocar inquietações acerca das ausências na formação e atuação na área, bem como fomentar estudos e ações que resultem em políticas institucionais e pedagógicas em direção à justiça epistêmica e social, bem com o respeito às diferentes formas de ser e estar no mundo.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALBERNAZ, Pablo de Castro; CARVALHO, José Jorge de. *Encontro de Saberes: por uma universidade antirracista e pluriepistêmica*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 28, n. 63, p. 333-358, maio/ago. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 1, p.171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: Interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In: MARTINS, Ana Claudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira (Orgs.). *Corpos em Aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade*. Tradução: Paula Granato e Gregório Benevides. Curitiba: Appris, 2020.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence; MORRISON, Keith. *Research Methods in Education*. 8º ed. Londres e Nova York: Routledge, 2018.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias - Avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. *Revista de Informação Legislativa*, v. 229, p. 11-35, 2021.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15ª ed.; 6ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, p. 103-133, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2020*. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. *A “Lei do boi” como estratégia da burguesia rural: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1968-1985)*. 2015. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

MOTA, Yanaêh; RIBEIRO, Carlos; BARBOSA, Francisco Ernani; OLIVEIRA, Wenderson; OLIVEIRA, Mário André. MARCADORES SOCIAIS E FORMAÇÃO EM MÚSICA: um estudo orientado pela interseccionalidade na Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. In: XXV Congresso Nacional da ABEM, 2021, on-line. *Anais do XXV Congresso Nacional da ABEM*, 2021.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

PETRUCCELLI, José. Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação. In: PETRUCCELLI, José; SABOIA, Ana Lúcia. *Características Étnico-raciais da População Classificações e identidades*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio de Janeiro, 2013a.

PETRUCCELLI, José. Entenda as diferenças entre preto, pardo e negro. [Entrevista concedida ao Portal Terra]. *Portal Geledés*, on-line, 2013b. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/entenda-as-diferencas-entre-preto-pardo-e-negro/>>. Acesso em 21 ago. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15ª ed.; 6ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2020.

SILVA, Jo Muniz da. *Educação musical e pautas anti-opressão: reflexões a partir de um estudo sobre interseccionalidade e formação inicial de professorus de música na xxx*. 2022. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Música), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.



**ANPPOM**  
Associação Nacional de Pesquisa e  
Pós-Graduação em Música

**XXXII CONGRESSO  
DA ANPPOM**  
Natal, 17 a 21 de outubro de 2022



**ANPPOM**  
Associação Nacional de Pesquisa e  
Pós-Graduação em Música



**Escola de Música  
da UFRN**